

## Guiné-Bissau

# Professores de Português concluem formação

O primeiro grupo de professores guineenses que concluiu o ciclo completo do programa de formação contínua para docentes de Língua Portuguesa nos ensinos básico e secundário da Guiné-Bissau recebeu os seus diplomas numa cerimónia realizada em Fevereiro, em Bissau.

Um total de 432 professores terminou em 2008/2009 o 3º nível do programa de três anos de formação contínua para docentes de Língua Portuguesa, administrado conjuntamente pelo Centro de Língua Portuguesa/Instituto Camões (CLP/IC) na Escola Normal Superior de Tchico Té (ENSTT) e por este mesmo estabelecimento de ensino especializado na formação de professores da Guiné-Bissau.

«A dinamização deste projecto constitui, desde Outubro de 2006, uma actividade de crucial importância para o CLP/IC e o Departamento de Língua Portuguesa. Desenvolve-se, em todas as regiões da Guiné-Bissau, tendo em vista ajudar os professores de Língua Portuguesa do ensino básico e secundário a melhorarem as suas práticas educativas», declarou a leitora e responsável do CLP/IC Leonor Santos.

«Os 432 destinatários dos diplomas frequentaram, durante 3 anos, com sucesso, um curso de formação ao longo do qual foram adquirindo conhecimentos e competências essenciais ao desempenho da sua profissão: ensinar e promover nos seus alunos a aprendizagem da Língua Portuguesa», acrescentou Leonor Santos.

A entrega dos diplomas teve lugar numa cerimónia nas instalações do Centro Cultural Português/IC de Bissau, em que participaram o secretário de Estado do Ensino da Guiné-Bissau, Besna Na Fonta, o embaixador de Portugal, António Ricoca Freire, o embaixador do Brasil e um administrador da Petromar, empresa guineense que financia juntamente com o Instituto Camões o projecto de formação em exercício de professores de Português.

Durante a cerimónia, a Petromar, que é detida em 80% pela Galp Energia e é a principal dis-



tribuidora de combustíveis na Guiné-Bissau, renovou o seu apoio ao projecto para 2010. Em 2009, a Petromar atribuiu 50 mil euros

ao projecto de formação de professores em exercício e à pós-graduação dos professores de Português da Escola Normal Superior Tchico

Té (ENSTT), respondendo a uma solicitação do IC.

O protocolo inicial previa que parte do apoio fosse concedido sob a forma de combustíveis e lubrificantes, uma vez que a formação contínua de professores em exercício segue um modelo descentralizado, de modo a permitir que seja feita com os docentes em exercício.

A formação aos professores é ministrada através das chamadas Unidades de Apoio Pedagógico/Pólos de Língua Portuguesa (UAP/PLP), existentes em 12 centros espalhados pela Guiné-Bissau (Gabú, Quinhamel, Bafatá, Mansoa, Bissau, Canchungo, Ingoré, Bubaque, Catió, Buba, Bolama e Tombali).

Para além dos seus coordenadores – o director da ENSTT, Domingos Gomes, e a responsável do CLP/IC, Leonor Santos –, o programa conta com mais 13 formadores que estão no terreno a trabalhar nas UAP/PLP, deslocando-se, mensalmente, aos vários sectores da sua região.

A formação inicial destes formadores esteve a cargo da professora Ana Maria Martinho, da Universidade Nova de Lisboa, responsável também pela produção de materiais didácticos específicos para o projecto.

O programa de formação contínua de professores de Língua Portuguesa, estabelecido por um protocolo de 2005, foi iniciado em 2006/07, depois de o Banco Mundial ter criado as infra-estruturas logísticas para o funcionamento dos centros de formação de professores nas diversas regiões da Guiné-Bissau.

No ano lectivo de 2009/2010, 1.112 docentes guineenses estão inscritos no programa de formação contínua em exercício de professores de Português, distribuídos da seguinte forma: 735 no nível I, 111 no nível II e 266 no nível III. Cerca de 70 mil alunos beneficiam, indirectamente, desta formação.

Para além do programa de formação contínua de professores em exercício, o CLP/IC colabora ainda com o Departamento de Língua Portuguesa da ENSTT, no âmbito da Licenciatura em Língua Portuguesa, de cinco anos.

## Antuérpia

# Colóquio Internacional sobre Mia Couto

O escritor moçambicano Mia Couto vai estar presente num colóquio internacional sobre a sua obra que vai ter lugar de 23 a 25 de Março próximo em Antuérpia (Bélgica).

Contando com a presença de vários especialistas na obra do autor moçambicano (Alberto Carvalho, Ana Mafalda Leite, Ana Maria Martinho ou David Brookshaw, entre outros), o colóquio pretende ser um espaço alargado de reflexão sobre a especificidade da obra de Mia Couto e um momento de debate sobre as questões relacionadas com a tradução literária, especialmente no caso deste autor, reconhecido como inventor de uma escrita literária muito particular.

O colóquio, que é organizado pelo Centro de Língua Portuguesa do Instituto Camões, na

pessoa do seu responsável, José Nobre da Silveira, e pelo Departamento de Português do Instituto Superior de Tradutores e Intérpretes (ISTI) de Antuérpia (Bélgica), coordenado pela professora Anne Quataert, prevê duas vertentes, segundo os seus promotores.

A primeira «será centrada na análise da obra do autor», em que se pretende abordar temas como o trabalho/o jogo com a linguagem na obra de Mia Couto, bem como o seu processo narrativo, a literatura e a constituição de uma identidade (linguística, cultural e/ou política) moçambicana e a tradução, a divulgação e a internacionalização da obra do escritor moçambicano.

A segunda será dedicada à tradução da obra de Mia Couto. Nomeadamente, será abordada a questão de «como é que os tradutores resolvem os problemas relativos à linguagem inovadora

de Mia Couto: neologismos, jogos de palavras, sintaxe, referências específicas do universo moçambicano e lusófono».

O evento surge na linha de uma já longa tradição do Departamento de Português do ISTI de Antuérpia de organizar colóquios internacionais e jornadas de investigação em torno de escritores como José Saramago, José Eduardo Agualusa, Lídia Jorge, Teolinda Gersão e Luísa Costa Gomes, e de outros autores lusófonos



FOTO DE ANDRÉ KOSTERS/USA

traduzidos nas três línguas nacionais belgas – neerlandês, francês e alemão –, assim como nos outros idiomas ensinados no Instituto – inglês, espanhol, dinamarquês e russo.

A escolha de Mia Couto deveu-se ao facto de ser um dos escritores africanos mais conhecidos junto dos leitores europeus, mas também visou assinalar a presidência portuguesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), ainda em curso.

Costa do Marfim

# O Português no ensino não universitário

**U**m total de 544 alunos de cinco colégios privados de Abidjan, capital da Costa do Marfim, estão a aprender Português como disciplina extracurricular desde Novembro passado, data da abertura do ano lectivo.

O arranque do ensino da Língua Portuguesa no ensino não universitário é o culminar de diversas iniciativas desenvolvidas desde 2006, tanto pelo leitor do Instituto Camões (IC) em Dacar, José Horta, como pelo corpo docente da Universidade de Cocody, onde o ensino de Português existe desde 1979 – assegurado inicialmente por leitores brasileiros – e uma licenciatura de Português foi lançada em 1999/2000 no Departamento de Estudos Ibéricos e Latino-Americanos, com o apoio do IC e a colaboração da docente portuguesa Benvinda Lavrador.

Na África francófona, apenas no Senegal existe uma rede de ensino Português integrada no sistema escolar não universitário, em caso único pela sua dimensão (cerca de 17 mil estudantes), que se deveu à vontade do antigo Presidente senegalês Leopold Senghor.

«Trata-se de uma experiência piloto, levada a efeito num âmbito restrito», refere José Horta a propósito do início da leccionação de Português nos colégios de *Sainte Albertine, Descartes, André Malraux e Pascal* e no *Groupe Scolaire André Tatrille*, de Abidjan. O único financiamento directo do processo está a cargo do IC, que atribuiu uma bolsa Fernão Mendes Pinto aos quatro estudantes-professores envolvidos na experiência.

Ao todo, nestes cinco colégios existem agora 12 turmas de Português – com cargas horárias que

variam entre uma e três horas semanais –, o que, «para um processo que dá os seus primeiros passos e que conta com reduzidos recursos humanos e materiais, é um número muito encorajador», diz José Horta, que acumula o posto de Dacar com o leitorado em Abidjan.

O sistema de ensino marfinense contempla, para além do Francês (língua oficial do país) e do Inglês (língua estrangeira obrigatória), o estudo de uma segunda língua estrangeira em regime de opção – Espanhol ou Alemão –, cujos docentes frequentam a Escola Normal Superior (ENS) da Universidade de Cocody, após a conclusão de uma licenciatura nos respectivos idiomas. Não havendo enquadramento legal que permitisse a introdução do Português no ensino público, como terceira língua estrangeira optativa, «procurou-se avançar com a sua aprendizagem, em regime experimental e como disciplina extracurricular (isto é, com carácter facultativo), em estabelecimentos do ensino privado», explica o leitor de Dacar.

Uma primeira tentativa de introduzir o ensino do Português no Colégio *Châteaubriand* (ensino secundário) de Dabou (cidade situada a cerca de 60 quilómetros de Abidjan), em 2006-2007, malograra-se por indisponibilidade do docente então recrutado.

Por razões logísticas, acrescenta José Horta, foram depois contactados exclusivamente directores de colégios instalados em Abidjan, no centro e na periferia da capital do país, em cuja Universidade de Cocody funciona o leitorado e onde está previsto instalar um Centro de Língua Portuguesa do IC.

«O acolhimento da iniciativa, por parte dos di-

rectores das escolas privadas contactadas, foi, de um modo geral, muito favorável», refere José Horta. O primeiro contacto com as escolas privadas ficou a cargo dos cerca de dez candidatos a professores, tendo a selecção final contado com a colaboração do professor universitário Koffi Tougbo, na qualidade de responsável pela secção de Português da Faculdade de Letras da Universidade de Cocody.

## Formação profissional

Os quatro docentes seleccionados são dois estudantes que completaram recentemente a parte curricular da licenciatura (Martial Gnoleba Bouazo e Olivier Konan Konan), e duas estudantes finalistas de Estudos Portugueses (Cecile Anzian Affo e Mireille Carole Ahua Souza).

Não sendo possível a formação a nível da Escola Normal Superior (ENS), o curso de Estudos Portugueses da Universidade de Cocody passou a integrar, nos dois últimos anos lectivos, a disciplina de Didáctica do Português Língua Estrangeira, de frequência obrigatória no 4º e último ano do curso, leccionada pelo leitor de Dacar nas suas deslocações à Costa do Marfim.

A inexistência de uma secção de Português na ENS, que forma os professores, é o principal obstáculo à introdução do Português no ensino público não superior.

Os docentes da secção de Português da Universidade de Cocody, liderados pelo professor Koffi Tougbo, têm desenvolvido contactos com o Ministério da Educação da Costa do Marfim, «para que a ENS, a curto prazo, passe a oferecer esse tipo de formação. Num segundo momento, será ainda necessário formar os inspectores de Portu-

guês, que deverão supervisionar o ensino/aprendizagem desta disciplina», adianta José Horta.

À falta de uma formação profissional por parte dos docentes envolvidos na experiência, estes têm sido acompanhados e apoiados localmente pelos professores Koffi Tougbo e Benvinda Lavrador, segundo explica José Horta. Os jovens professores reúnem-se regularmente e planificam as aulas em conjunto, tendo como orientação um programa de iniciação elaborado pelo IC.

A introdução da Língua Portuguesa no ensino médio e secundário da Costa do Marfim é uma pretensão que tem acompanhado a existência do curso de Português a nível universitário e que se tornou mais premente com a conclusão da licenciatura por parte da primeira promoção deste curso, em 2006.

A licenciatura em Português na Universidade de Cocody é frequentada, ao longo dos quatro anos, por um total de cerca de uma centena de estudantes. Por outro lado, cerca de 2000 estudantes de outros departamentos da Faculdade de Letras da Universidade de Cocody (Letras Modernas, Linguística, Alemão, Espanhol e Inglês) frequentam, como opção, os cursos de Língua Portuguesa (leccionados por docentes da secção de Português).

Mas a aspiração de introduzir o Português no ensino não superior da Costa do Marfim prende-se muito directamente com a necessidade de formar cidadãos com uma cada vez maior proficiência linguística, objectivo que será mais facilmente alcançado se os discentes universitários, à entrada na Faculdade, trouxerem já na bagagem três, quatro ou cinco anos de aprendizagem da língua, afirma o leitor do IC.

Cursos a distância

# Mais candidatos do que lugares

**O**ito vezes superior às vagas foi o número de candidatos ao curso a distância *Meio Século de Literatura Portuguesa (1880-1930)*, iniciado a 23 de Fevereiro, no âmbito dos cursos lançados no 2º semestre do presente ano lectivo na plataforma virtual do Instituto Camões (IC).

Aos 20 lugares disponibilizados para esta 1ª edição do curso, certificado para a formação contínua de professores – que, com mais outros 13 integrava o pacote de cursos a distância que se iniciaram no Centro Virtual Camões durante o 2º semestre –, candidataram-se 166 pessoas.

O curso, coordenado pelo professor da Universidade de Coimbra José Carlos Seabra Pereira e que aborda as tendências da vida política e cultural portuguesa durante o período republicano vistas a partir da literatura, resultou de um protocolo de colaboração com a Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República (CNCCR), que já produziu um outro curso a distância *Primeira República e Republicanismo*, com duas edições em 2009, e que está a ter agora, no 2º semestre, uma 3ª edição.

Quinhentos e cinquenta candidatas apresentaram-se a disputar os 296 lugares abertos a candidaturas no 2º semestre de 2009/2010, segundo Rui Vaz, coordenador do Núcleo de Produção de Conteúdos do Centro Virtual Camões, a plataforma de ensino e recursos pedagógicos do IC.

Neste período lectivo está também a decorrer um '15º curso', o 2º semestre da disciplina anual de *Cultura Portuguesa Contemporânea*, por sinal um dos cursos que tem sido

maior procura. Aos 20 lugares do 1º semestre do curso concorreram 65 pessoas. A situação repete em grande medida o que ocorreu no 1º semestre de 2009. Rui Vaz refere que o curso de pós-graduação, coordenado por Maria Carreira da Silva, professora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, teve nesse ano «uma procura muito acima de todos os outros e das vagas que tínhamos. O curso disponibilizava 20 vagas e tivemos cerca de 100 candidatos».

*Ensino e Aprendizagem do Português Língua Segunda e Materiais Interactivos para Português Língua Segunda na web 2.0* (MIPL2.0) foi também dos cursos com mais procura: 66 candidatos para 20 vagas. Valor de que não ficou longe o curso *Laboratório de Escrita Criativa – Nível Introdutório*, também destinado à formação contínua de professores, com 58 candidatos para 15 vagas.

Outro curso com números significativos é *Primeira República e Republicanismo*, dirigido a professores e creditado para formação contínua, que teve 34 candidatos para 20 vagas. Em 2009, para o mesmo curso houve 100 candidatos para 20 vagas. No entanto, segundo refere Rui Vaz, o facto de ser um curso com menor duração, apenas seis semanas, permitiu programar três edições, graças à colaboração da CNCCR. Assim, neste curso «entraram praticamente todos os candidatos», até porque as turmas foram alargadas para um máximo de 25 alunos, ou seja, um total de 75. A edição do curso dirigida ao grande público teve ainda a frequência de mais 75 alunos.

O número de cursos *Primeira República e Republicanismo* a realizar este semestre «dependerá da procura e do entendimento

da CNCCR». A Comissão, explica Rui Vaz, procura «dar uma resposta, o mais abrangente possível, embora tenha recursos humanos limitados, uma vez que os tutores não se podem desdobrar indefinidamente por turmas».

Em 2009 (ano civil) o IC fez 27 edições de 19 cursos semestrais. O ponto de partida foi 2004, quando o IC começou a trabalhar na área do ensino a distância, com apenas um curso. Dos 19 cursos, sete – feitos em parceria com diversas instituições universitárias – atribuem créditos ECTS (*European Credit Transfer and Accumulation System*) àqueles que os tiverem frequentado com aproveitamento. Outros cinco são de diferentes níveis de aprendizagem de Português para estrangeiros e Português para fins específicos e os restantes cinco estão dirigidos à formação de professores. Em 2009, cerca de 500 alunos frequentaram ao todo os cursos, em que trabalharam 15 coordenadores e 24 tutores. O tráfego gerado por estes alunos e docentes é de cerca de 100 mil visualizações de páginas (*pageviews*), mensalmente.

## Produção de conteúdos

Estes são os números avançados pelo coordenador do núcleo de produção de conteúdos para o ensino a distância do IC, entidade que «intervém, no fundo, junto de três agentes específicos» – coordenadores, tutores e alunos –, refere Rui Vaz.

«Junto dos coordenadores, num momento prévio», o núcleo «tem uma intervenção no apoio ao desenho do próprio curso num ambiente *web* e à definição dos objectos de aprendizagem, à interacção prevista, enfim, no fundo, em todo o desenho do curso». Depois, age junto dos tuto-

res – por vezes há coordenadores que também são tutores –, apoiando a gestão diária do curso. Em 2009, foi realizado um curso de formação de tutoria de cursos em linha. Foi um curso restrito, «dirigido a todos os tutores e coordenadores que trabalham connosco», afirma Rui Vaz. Teve tutoria de Adélina Moura, que é a tutora do MIPL2.0 e doutoranda em Educação – Tecnologias Educativas na Universidade do Minho. Finalmente há o apoio aos formandos propriamente ditos quanto à utilização da plataforma, ao longo da realização do curso.

O núcleo tem também a preocupação de responder às solicitações muito diversificadas dos coordenadores quanto ao desenvolvimento/implementação de material didáctico para ambiente *web*. Põe igualmente à disposição dos coordenadores dos cursos diversos conteúdos, sejam textos originais, excertos bibliográficos, sejam imagens, vídeo ou som. Nos cursos há ainda a utilização de recursos existentes no Centro Virtual Camões, mas os coordenadores e tutores também criam conteúdos específicos.

Rui Vaz considera que o modelo de organização de um curso em linha é naturalmente diferente do de um curso presencial, mas sublinha que «não há dois cursos em linha iguais». «Cada curso ajusta-se às características do curso em si e das pessoas que o fazem», diz.

No modelo de organização de um curso a distância tenta-se compensar aquela que constitui a principal diferença para um curso presencial: «toda aquela parte de comunicação não verbal que há no modelo presencial tem, de alguma maneira, de ser complementada com novas formas de interacção, ► P. 3

Ensino Português no Estrangeiro

# Uma rede de diversidades

**A** actual rede de Ensino Português no Estrangeiro (EPE) a nível não superior, que a 1 de Fevereiro passado transitou do Ministério da Educação para o Instituto Camões (IC) – que já tutelava o sector dos leitorados, centros de língua e cátedras de Língua e Cultura Portuguesas (LCP) em estabelecimentos de ensino superior no estrangeiro –, espelha a acção cruzada do Estado e das comunidades de emigrantes portugueses.

Quer por acordos bilaterais quer por acção do Estado ou das associações de emigrantes nos países de acolhimento, cerca de 84 mil alunos frequentam, no presente ano lectivo, 5.680 cursos de LCP de diversos níveis não superiores em 1.687 estabelecimentos de ensino (públicos, privados, associativos e outros) ministrados por 1.006 docentes com formações variadas, segundo dados de Novembro passado do Gabinete de Estudos e Planeamento da Educação (GEPE).

Destinada fundamentalmente às comunidades emigrantes, a rede de EPE está concentrada em três grandes regiões geográficas para onde se fez ao longo do último meio século – embora nalguns casos já antes –, a emigração portuguesa no mundo: Europa, África Austral, América do Norte. De fora ficam obviamente outras regiões para onde emigraram ou emigram ainda muitos portugueses, mas em que a língua portuguesa é oficial – Brasil e países de expressão oficial lusófona – e o que existe é «ensino em português» e não apenas «ensino de Português», como refere o GEPE.

A rede do EPE compreende dois grandes ramos: a rede oficial, que abrange os países da Europa e da África Austral, em que os cursos de LCP são genericamente ministrados por docentes contratados e pagos pelo Estado português recrutados mediante concurso na carreira de ensino em Portugal; e a rede particular ou privada na América do Norte, onde os cursos são leccionados por docentes contratados, com qualificação pedagógica não necessariamente padronizada, sob a responsabilidade de entidades dos países de acolhimento, maioritariamente associações culturais locais de imigrantes portugueses.

No entanto, mesmo aqui, o Estado português já tem alguma intervenção, seja por subsídio deste ensino a vários níveis, seja pelo facto de assegurar a coordenação de apoio pedagógico nos Estados Unidos (costa leste, costa oeste) e no Canadá, num efeito um pouco à semelhança ao que acontece com a rede oficial na Europa e África Austral.

## Integrado, paralelo e extra-curricular

Todavia, sob esta aparente dicotomia – oficial, particular –, a realidade do ensino do Português no estrangeiro é bem mais diversificada. Uma listagem feita pelo GEPE referia dez situações diferentes, com cruzamentos variados: ensino da LCP a lusodescendentes; ensino da LCP em cursos integrados nos sistemas educativos dos países de acolhimento (Espanha, França); ensino do Português a crianças falantes de outras línguas, com idades entre os 6 e os 11 anos (casos de Espanha e Reino Unido); apoio curricular em casos de emigração recente (Reino Unido, Suíça); experiências de ensino bilingue (Alemanha, França); ensino de áreas curriculares em língua portuguesa (LP) como estratégia facilitadora do sucesso escolar (Reino Unido); ensino de LP aos falantes de outras línguas de países africanos de língua oficial portuguesa; ensino de LP nos países da África subsaariana; ensino de LP em alguns dos países do Mercosul (Argentina, Uruguai); apoio ao ensino de Português como língua estrangeira integrado nos sistemas escolares (Senegal, Venezuela).

Há ainda uma outra forma de «ler» o ensino português no estrangeiro, seguida, nomeadamente, por académicos. Ela exprime a situação desse ensino face à «política seguida por cada país de acolhimento no que se refere à integração das línguas dos países de origem dos trabalhadores migrantes no sistema escolar».

Quadro 1. Rede oficial de EPE 2009/2010

Países	Cursos	Alunos	Professores
Andorra	34	550	5
Bélgica	59	870	9
Espanha	796	10055	53
França	726	16724	125
Holanda	25	379	8
Luxemburgo	425	4305	45
Reino Unido	288	3237	36
Alemanha	262	5263	62
Suíça	1084	15434	140
<b>Total Europa</b>	<b>3699</b>	<b>56817</b>	<b>483</b>
Namíbia*	17	369	5
África do Sul*	226	2991	32
Suazilândia*	7**	172	2
<b>Total África</b>	<b>332</b>	<b>3532</b>	<b>39</b>

\* Números referentes ao ano escolar de 2010, que corresponde ao ano civil.

\*\* Número do ano escolar de 2009.

Fonte: GEPE e coordenações

Quadro 2. Rede particular de EPE 2009/2010

Países	Cursos	Alunos	Professores
Canadá	217	2887	127
EUA (costa leste)	n.d.	13305	327
EUA (costa oeste)	48	1288	38
<b>Total</b>	<b>265</b>	<b>17480</b>	<b>492</b>

Fonte: GEPE

## A criação de um sector educativo

Foi pouco mais de um ano antes do 25 de Abril de 1974 que o Estado português formalizou a existência de um serviço destinado a promover e resolver os problemas relativos ao ensino do Português aos filhos dos trabalhadores migrantes, segundo um estudo de 1993, de Fernando Costa. Até aí, algumas iniciativas nesse domínio tinham pertencido e sido custeadas por associações de emigrantes e era um campo de eleição, juntamente com a actividade cultural, dos activistas exilados da oposição democrática.

A intervenção do Estado fez-se por via da atribuição de um conjunto de competências à DG do Ensino Básico. Mas só em 1987 é criado na DG de Apoio e Extensão Educativa um sector específico para o «Ensino Básico e Secundário no Estrangeiro», com a missão de estudar e aplicar políticas de educação de emigrantes, criar cursos de LP, formar e recrutar professores, negociar acordos bilaterais na área da educação de migrantes e apoiar os cursos promovidos pelas comunidades.

A alteração de 1987 respondeu à entrada de Portugal em 1986 na Comunidade Europeia, onde desde 1977 uma directiva do Conselho das Comunidades sobre «a escolarização dos filhos dos trabalhadores migrantes» estabelecia os princípios a que os Estados membros ficavam obrigados na matéria a partir de 1981. Aí se dizia que os Estados membros deviam «em colaboração com os países de origem», promover «o ensino da língua materna e da cultura do país de origem às crianças em idade de frequentarem a escolaridade obrigatória».

Três situações caracterizam nessa óptica o ensino de Português no estrangeiro. Fala-se em «ensino integrado», quando ocorre dentro do horário normal e há um determinado grau de coordenação em termos de métodos e conteúdos com o ensino curricular; ensino «diferido ou paralelo», quando os cursos de Português são complementares do currículo escolar, com a anuidância do

país de acolhimento; e «ensino extra-curricular ou extra-escolar», quando funciona fora dos horários escolares e da competência das autoridades educativas do país de acolhimento.

A preferência dos especialistas vai para o «regime integrado», isto é, dentro do horário das escolas públicas locais. É a opção, explicam, que «melhor contribui para a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem e, simultaneamente, cria as condições para uma melhor integração escolar e social dos alunos, proporcionando-lhes maior sucesso educativo». Esse é um objectivo que já era prosseguido na rede de EPE com o ME que o Instituto Camões pretende aprofundar.

A integração pode chegar a uma inclusão como disciplina curricular optativa na aprendizagem de línguas estrangeiras, como é presentemente o caso de Espanha, França, Luxemburgo e Alemanha, embora raramente esteja disponível por toda a rede do sistema escolar. Mais frequente é uma espécie de semi-integração, ou seja, a disponibilização nos horários escolares dos alunos de momentos para a aprendizagem da LCP. É então que se fala de ensino paralelo, que é o modelo dominante na maior parte dos 12 países integrados na rede oficial.

## Pessoas diferentes, necessidades diferentes

A rede oficial do EPE está hoje em dia organizada em dez estruturas de coordenação, três delas abrangendo mais do que um país. São elas Alemanha, Andorra/Espanha, Bélgica/Holanda, França, Luxemburgo, Reino Unido, Suíça e África do Sul/Namíbia/Suazilândia.

Os cursos de LCP que integram esta rede «funcionam, geralmente, em estabelecimentos de ensino público de países estrangeiros». Tendo sido criados inicialmente para assegurar o ensino-aprendizagem de LP aos lusodescendentes «numa perspectiva de língua materna», os cursos «são hoje frequentados por um número significativo de crianças que utilizam, no seu quotidiano, outra língua de comunicação e socialização», escrevia-se num documento do GEPE, que acrescentava: «Os destinatários destes cursos constituem presentemente um público heterogéneo, maioritariamente de origem portuguesa, constituído por crianças e jovens de segunda, terceira ou mesmo de quarta geração, a par de filhos de cidadãos portugueses que se instalaram recentemente nos países de acolhimento». Ressalvava-se o caso da Namíbia, em que a maioria dos aprendentes provém dos PALOP, e o da Espanha, em que têm um peso muito significativo os aprendentes nacionais e cidadãos de outras nacionalidades.

Esta diversidade de situações constitui um condicionamento óbvio de uma política de integrar o ensino de LP nos currículos, porque são diferentes as necessidades de aprendizagem dos membros das comunidades, consoante chegaram mais recentemente ou mais longinquamente aos países de acolhimento.

A rede particular de cursos de LCP diz respeito sobretudo aos Estados Unidos e Canadá. À excepção dos custos com as coordenações, esta rede não traz encargos financeiros para o Estado português e tem sido apoiada por este, ocasionalmente, a nível de materiais e de formação de professores. Mas, «devido à forte presença de comunidades portuguesas, foram criados serviços de coordenação» nesses países. A «dificuldade em encontrar localmente professores com formação académica e pedagógica apropriadas» – um recurso indispensável para assegurar um ensino de qualidade – também tem ditado que «as instituições educativas ligadas ao ensino português no estrangeiro» viessem a solicitar «ao ME a requisição de docentes para o desempenho dessas funções», segundo referia em 2007 o GEPE, que falava para o ano escolar 2007-2008 de 50 pedidos de requisição de docentes.

Seja como for, a integração do ensino de LCP nos Estados Unidos e Canadá na rede oficial surge como um passo já anunciado na via da sua qualificação.

## Mais candidatos do que lugares

mediadas por computador». Tenta-se compensar a ausência de interacção cara a cara «com momentos de interacção síncrona, em que as pessoas estão a interagir directamente umas com as outras e com o tutor».

No entanto, o modelo usado pelo IC «assenta essencialmente» na «comunicação assíncrona», que exige «mais autonomia [do

aluno], enquanto responsável pela sua própria aprendizagem». O aluno, diz Rui Vaz, «é responsável por gerir o seu próprio processo e tem no tutor um interlocutor directo para o orientar e nos restantes colegas uma comunidade de saber, junto da qual vai desenvolver o seu conhecimento».

Fora deste cenário, mas não menos importantes, estão as situações de *blended learning*, isto é, que combinam ensino a distância com ensino presencial.

«Nós não temos isso directamente. Temos é situações em que os leitores do IC utilizam a nossa plataforma e os nossos conteúdos para situações de *b-learning*». «Acontece essencialmente em África, em situações em que há grande mobilidade dos

estudantes de Português», explica o coordenador do núcleo de produção de conteúdos do CVC. «Isso tem vindo a ocorrer junto das organizações africanas – parlamento da África do Sul, CEDEAO, União Africana e Banco Africano de Desenvolvimento –, em que os estudantes que estão a aprender Português são obrigados, por circunstâncias profissionais, a sair com frequência em missão e os leitores do IC utilizam a nossa plataforma».

Rui Vaz admite, contudo, que há «certamente mais situações» de *b-learning* entre os leitores e docentes, com recurso a plataformas locais de universidades. Um cenário que tem vindo cada vez mais a ser explorado.

Nos 150 anos das relações diplomáticas Portugal-Japão

# Fernão Mendes Pinto de volta à 'Cidade de Deus'

**A** versão em japonês da exposição *Fernão Mendes Pinto. Deslumbramentos do Olhar* vai ser mostrada no Japão este ano, no âmbito das comemorações dos 150 anos da assinatura do Tratado de Paz, Amizade e Comércio, que em 1860 formalizou o estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e aquele país do extremo oriente asiático.

A exposição, constituída por 24 painéis de média dimensão, foi concebida por Ana Paula Laborinho, professora na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A investigadora, também Presidente do Instituto Camões, foi responsável pelo guião e pelos textos introdutórios aos vários cartazes e pela selecção das passagens inseridas da *Peregrinação*, a grande obra escrita pelo aventureiro e explorador português do século XVI, que relata a sua experiência no Oriente.

O tratado, que ainda hoje é o documento base vigente do relacionamento bilateral, «formalizou o 'reencontro' entre Portugal e o Japão depois de um século de profundas, ricas e expressivas relações diplomáticas, comerciais e culturais (de 1543 a 1639) e um hiato que se lhe seguiu de mais de dois séculos até 1860», segundo o sítio da Embaixada de Portugal no Japão.

Está previsto que, depois da inauguração, em data ainda a definir, a exposição circule pelo Japão, uma vez que foi concebida de raiz para ser uma mostra destinada a itinerar pela rede de leitores, centros de língua e centros culturais do IC no mundo, sendo para o efeito distribuída em suporte digital ou pela internet e depois localmente impressa e exibida. Para além do Japão, a África do Sul, a Alemanha, a Finlândia, a França, a Índia, a Itália, a Malásia e a Tailândia são países em que a exposição deverá ser mostrada. Será igualmente exibida no Oriente durante a 3ª viagem à volta do mundo do navio escola *Sagres*, da Marinha Portuguesa.

A tradução para japonês da exposição, cujas ilustrações estiveram a cargo de João Fazenda, coube a Takiko Okamura. Além do japonês, a exposição tem uma versão em inglês e será produzida noutras línguas, nomeadamente em chinês.

«Não há dúvida de que Fernão Mendes Pinto foi uma figura que teve muita importância» na ligação entre Portugal e o Japão, visto ter sido o explorador português o financiador ou um dos principais promotores da acção de evangelização no Japão de Francisco Xavier, que depois encontra quando ali se desloca numa missão que lhe é dada pelo governador de Goa.

O discurso expositivo assenta em cinco núcleos, o maior dos quais é o terceiro, centrado na própria *Peregrinação*. A foi sobretudo a de destacar a obra, porque é tão rica que «basta ler para percebermos muito do que se pretende», embora em muitos casos a curadora «também tenha usado como estratégia um pequeno título que serve como orientação de leitura para o exerto», que depois inclui, isto sem esquecer a inserção de «algum texto explicativo».

Um dos painéis da exposição é expressamente dedicado ao Japão, com o subtítulo *A Cidade de Deus*, porque para Fernão Mendes Pinto «o Japão é a Cidade de Deus».

